

## Promotorias de Justiça do Consumidor: "Evolução. Metas e Prioridades"

JOSÉ GERALDO BRITO FILOMENO  
Procurador de Justiça<sup>(\*)</sup>

**SUMÁRIO:** 1. Retrospectiva Histórica 1.1. Promotorias do Consumidor como órgãos conciliadores 1.2 como órgãos supletivos de atendimento individual 1.3 atribuições concorrentes: posição do Ministério Público no "código do consumidor" 1.3.1 fiscal da lisura das condições gerais dos contratos 1.3.2 "dominus litis" 1.3.3 promovente da ação civil pública 1.3.4 litisconsórcio e "custos legis" — 2. Ministério Público, Outros órgãos e Entidades de Proteção ao Consumidor — Missão Institucional 2.1 Ministério Público e Polícia 2.2 Ministério Público e Procons 2.3 Ministério Público e Entidades Cíveis 2.4 Ministério Público e Judiciário — 3. Macrotemas de Defesa do Consumidor — Âmbito Coletivo 3.1 Saúde 3.2 Segurança 3.3 Qualidade de produtos e serviços 3.4 Quantidade 3.5 Publicidade 3.6 Práticas Comerciais — 4. Eleição de Prioridades — Questões Individuais e Coletivas 4.1 Estruturação e dados técnicos 4.2 Metas, prioridades e sua aferição — 5. Coordenações ou Centros de Apoio Operacional do Consumidor — Atividades Meio e Fim 5.1 A antiga coordenação de curadorias do consumidor e justificativas para sua criação 5.2 Institucionalização do órgão de atividade-meio 5.3 Centros de Apoio Operacional — estrutura e atribuições — 6. Súmulas de Entendimento 6.1 Serviço público tarifado e sua interrupção 6.2 Cartões de crédito e vales-refeições 6.3 Mensalidades escolares 6.4 Atribuições dos vários Ministérios Públicos 6.5 Interesses individuais homogêneos de origem comum 6.6 Serviço público "uti singuli" e "uti universi" 6.7 Loteamentos 6.8 Questões tributárias 6.9 Publicidade abusiva e enganosa 6.10 Consórcios 6.11 Sistema Financeiro Habitação 6.12 Reclamações Individuais dos Consumidores 6.13 Taxa de Intermediação Locatícia 6.14 Mensalidades Escolares Contratos de Adesão — 7. Conclusões 7.1 a 7.8 Enunciado — 8. Notas e Bibliografia 8.1 a 8.18 Enunciado.

### 1. Retrospectiva histórica

Pode-se desde logo afirmar que embora o surgimento das novas atribuições do Ministério Público no setor de proteção ou defesa do consumidor não date de longo

tempo, o certo é que precederam ao próprio enunciado do art. 5.º, II do "código de defesa do consumidor" de sete anos, considerando-se que a então "Curadoria de Proteção ao Consumidor" de São Paulo foi criada em 13 de junho de 1983, logo seguida, em 1984, pelo "Serviço Especial de Defesa Comunitária de Santa Catarina" (DECOM), em 1985 pelo idêntico tipo de atendimento do Ministério Público do Ceará, em 1986 pela Equipe de Proteção ao Consumidor do Rio de Janeiro, e assim por diante. Foi notável o seu desempenho, além de terem tido rápida evolução.

Assim é que, como será visto passos adiante, de um atendimento individualizado — ora mantido no caso do Estado de São Paulo apenas para Comarcas desprovidas de PROCONS ou CEDECONS ou então de Juizados de Conciliação ou Pequenas Causas — passou-se rapidamente para uma tratativa coletiva dos problemas que afligem o consumidor, aliás tarefa precípua do Ministério Público, tendo-se em vista sua destinação constitucional (art. 127 da Constituição da República).

E tudo isso, em curto espaço de tempo, a demonstrar, como já o fizéramos em 1985, que as Promotorias do Consumidor, ao lado de outros órgãos de proteção ou defesa do consumidor, são importante instrumento para que os interesses desse sejam respeitados.

Naquela oportunidade ainda fizemos ver que o sistema brasileiro de proteção ou defesa do consumidor englobava a um só tempo o sistema nórdico, cujo representante máximo é o *Ombudsman*, e o sistema norte-americano e europeu, com maior destaque para agências não-governamentais devotadas a esse mister, além do *defensor del pueblo ibero americano* <sup>(1)</sup>.

1.1 — Assim é que, exigindo a "lei orgânica do Ministério Público de São Paulo", de 1982, que cada Comarca fosse designado um Promotor de Justiça que cuidasse da defesa do consumidor no âmbito administrativo, mesmo porque sequer se falava na sua tutela civil, sobretudo coletiva, ou então de um Juizado de Pequenas Causas, tal foi colocado logo em prática em junho de 1983, por expressa determinação do então Procurador-Geral de Justiça, Dr. Paulo Salvador Frontini, com nossa designação para atuar como Curador do Consumidor.

Com apenas a experiência de atendimento ao público, rotineira nas Comarcas do Interior do Estado, só que concentrada em questões de família, acidentes do trabalho, questões trabalhistas quando da inexistência de Juntas de Conciliação e Julgamento, procuramos adaptá-lo à nova matéria que se nos apresentava.

Como o núcleo inicial da Promotoria do Consumidor instalou-se nas próprias dependências do PROCON de São Paulo, e por força do convênio (de fato existente já desde aquela época, e formalizado em março de 1985), o que se fazia era o acolhimento de reclamações individuais de consumidores, reclamações essas não satisfeitas por intermédio já dos atendentes e encaminhantes do mencionado órgão precípua de proteção ao consumidor, e de que nascia um procedimento tendente a uma nova tentativa de resolução da pendência.

A Promotoria do Consumidor então expedia uma notificação, sob pena de condução coercitiva ao reclamado, e um convite ao reclamante, tentando-se uma conciliação reduzida por escrito, sob forma de confissão de dívida — referida prática, aliás, até hoje é utilizada pelo PROCON.

Quando do advento da Lei n.º 7.244, de 11 de novembro de 1984, mais conhecida como "lei dos Juizados de Pequenas Causas", os "termos de acordo" passaram a ter força de título executivo extrajudicial, *ex vi* do parágrafo único do

(\*) Coordenador das Promotorias de Justiça do Consumidor do Estado de São Paulo.

seu art. 55, desde que contivessem o "referendo" do Promotor de Justiça, admitindo-se posteriormente o seu protesto formal, sobretudo para fins de pedido de requerimento de falência do fornecedor de produtos e serviços recalcitrante.

Centenas de acordos foram conseguidos mediante referida técnica, e continuam a sê-lo nos PROCONS e nas Promotorias de Justiça em localidades onde aqueles inexistem ou então Juizados de Pequenas Causas.

1.2 — As Promotorias de Justiça do Consumidor, pois, com a criação e instalação de PROCONS ou SEDECONS nas cidades do Interior do Estado, passaram a ser instrumento da defesa do consumidor individualmente considerado, mas apenas nos lugares onde outros instrumentos equivalentes inexistam.

As regras de atendimento ao consumidor, outrora previstas pelo "Manual de Atuação dos Promotores de Justiça do Estado", mais particularmente nos arts. 225 a 227, constam hoje do Ato PGJ-SP n.º 60/91, da seguinte forma: são atribuições precípua de Promotor de Justiça do Consumidor instaurar e presidir inquérito civil, de ofício ou a requerimento do interessado, ou nos casos da lei, por determinação do Procurador-Geral de Justiça ou do Conselho Superior do Ministério Público, instaurar e presidir procedimentos informativos, de ofício ou a requerimento do interessado, propor ação civil pública e outras medidas judiciais cabíveis, intervir, como fiscal da lei, nos atos de ações civis públicas propostas por quaisquer dos demais legitimados ativos, promover o arquivamento de inquérito civil e de peças de informação, encaminhando-as ao Conselho Superior do Ministério Público, requisitar a instauração de inquérito policial para apuração de infrações penais relacionadas com sua atuação, encaminhar peças de processos ou procedimentos aos órgãos competentes do Ministério Público para adoção das medidas judiciais ou extrajudiciais cabíveis, zelar, dentro dos limites de suas atribuições, pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionais ligados à sua área de atuação, representar aos órgãos públicos para adoção das medidas administrativas, nos casos atinentes à sua área de atuação, requisitar informações, certidões, exames ou perícias e quaisquer documentos, de pessoas física ou jurídica bem como de qualquer órgão público ou privado, inclusive conveniado, no prazo que assinar, não inferior a dez dias, expedir notificações em procedimentos de sua competência, sob pena de condução coercitiva, informar ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Consumidor sobre a propositura e andamento dos inquéritos civis e ações civis públicas. Também a Lei Complementar Estadual n.º 667, de 26.11.91, além de criar dois novos cargos especiais de Promotoria do Consumidor da Capital, perfazendo três, já que o de 1989, reza competir-lhes "zelar pela defesa judicial e extrajudicial dos interesses difusos e coletivos relacionados com o consumidor".

1.3 — As atribuições previstas pelo inciso XIII do art. 1.º do mencionado Ato PGJ n.º 60/91 e art. 3.º dizem respeito diretamente ao posicionamento do órgão do Ministério Público de defesa do consumidor no rol de instrumentos da política nacional de relações de consumo previsto no art. 5.º do "código do consumidor".

E, com efeito, o primeiro dispositivo retroinvocado reza que é atribuição do Promotor de Justiça do Consumidor "contatar órgãos e entidades locais relacionados com sua área de atuação, visando à obtenção de dados, perícia, estudos e pareceres, bem como à atuação conjunta no zelo pelo cumprimento de normas atinentes à saúde, qualidade e segurança de produtos e serviços, oferta e publicidade, condições gerais de contratos e questões pertinentes".

Já o art. 3.º dispõe que, "no caso de reclamações individuais de consumidores em Comarcas onde não haja órgãos próprios de atuação na área (SEDECON, CEDECON, PROCON, etc.), nem Juizados Informais de Conciliação ou Juizados Especiais de Pequenas Causas, o membro do Ministério Público, com as atribuições de que trata este ato, deverá proceder na forma das normas que disciplinam o atendimento ao público (Resolução n.º 6/85-PGJ, de 28.8.85)"<sup>41</sup>.

Essa, pois, é a primeira constatação do posicionamento do Ministério Público no que concerne à sua caracterização como órgão de proteção ao consumidor, ou seja, com um dos instrumentos da política nacional das relações de consumo (inc. II do art. 5.º do "código do consumidor").

1.3.1 — Já por força do art. 51, § 4.º ("é facultado a qualquer consumidor ou entidade que o represente requerer ao Ministério Público que ajuíze a competente ação para ser declarada a nulidade de cláusula contratual que contrarie o disposto neste código ou de qualquer forma não assegure o justo equilíbrio entre direitos e obrigações das partes"), a Promotoria do Consumidor é fiscal da lisura das condições gerais de contratos.

E nesse aspecto, as Promotorias do Consumidor do Estado de São Paulo têm ajuizado ações civis públicas com vistas à proscrição das chamadas "cláusulas-mandato" em contratos de financiamento, cartões de crédito, etc., de outras que em aquisição de lotes de terrenos estabelecem perda das quantias pagas em caso de desistência do promissário-comprador, outras ainda em "cursos de computação" que exigem prestações abusivas, o mesmo ocorrendo com contratos relativos a "planos de saúde", etc.

De salientar-se ainda nesse aspecto que muitas das vezes, como nos casos dos "planos de saúde" e "cartões de crédito", bastaram algumas ações ajuizadas para que outras entidades procurassem as Promotorias para a adequação das novas exigências legais.

1.3.2 — Consoante o disposto nos arts. 61 a 80 do "código do consumidor", que cuida das sanções penais, o Ministério Público é colocado como *dominus litis* absoluto na persecução dos delitos contra as relações de consumo, abrindo-se, porém a possibilidade de uma "ação penal subsidiária coletiva" (art. 80) em caso de sua inércia.

1.3.3. — Como já ficara assentado pela Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, e ora reiterado pelo art. 81, I do "código do consumidor", o Ministério Público, embora concorrentemente com outras entidades ali enumeradas, é colocado como "promotor da ação civil pública", que preferimos chamar simplesmente de "ação coletiva".

1.3.4. — Por força do art. 113 ainda do "código do consumidor", criou-se a possibilidade de um litisconsórcio facultativo entre o Ministério Público Federal e outros Ministérios Públicos dos Estados e Distrito Federal, circunstância tal já vivenciada por nós em ação civil pública movida em face da antiga COBAL, INTERBRÁS e a própria União Federal, com o fito de evitar-se a distribuição de partidas de leite importado da Europa após o acidente nuclear da Tchernobyl, e que inspirou o referido dispositivo.

Finalmente, nos termos do disposto no art. 92 do "código do consumidor", o Ministério Público é *custos legis* nas ações coletivas propostas pelos outros legitimados a tanto.



## 2. Ministério Público e outros órgãos e Entidades de Proteção ao Consumidor: Missão Institucional

Embora o Ministério Público seja colocado, como já visto, como um dos instrumentos de defesa do consumidor, cabendo-lhe ainda a prerrogativa, concorrente, de propor, *parens patriae*, ações coletivas (art. 81 e 82 do “código do consumidor”), não se pode perder de vista sua destinação pública e social, delimitada pela Constituição Federal em seu art. 127, ou seja, como Instituição defensora da ordem jurídica do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

E, com efeito, consoante ponderado pela Professora Ada Pellegrini Grinover<sup>(2)</sup>:

“... tanto os interesses ou direitos difusos como os coletivos, para os efeitos do código, devem ser transindividuais de natureza indivisível”. A indivisibilidade do bem jurídico tutelando, nota mais marcante dos interesses ou direitos difusos e coletivos, deve dizer respeito a toda a coletividade (difusos) ou a todo o grupo, categoria ou classe de pessoas (coletivos), o que significa que entidades privadas e públicas, inclusive o Ministério Público, não estão legitimados para a tutela de interesses individuais agrupados (exceção feita à hipótese prevista no inc. III do mesmo dispositivo), mormente em se tratando de interesses contrapostos de membros de um mesmo grupo, classe ou categoria de pessoas. Essa mesma interpretação deve prevalecer em relação aos inc. III do art. 129 da Constituição Federal, sob pena de se transformar o Ministério Público em defensor de interesses individuais disponíveis quando a sua atribuição institucional é mais relevante ao que se extrai do texto do art. 127 e seguintes da Constituição Federal. Em linha de princípio, somente os interesses individuais indisponíveis estão sob a proteção do *parquet*. Foi a relevância social da tutela a título coletivo dos interesses ou direitos individuais homogêneos que levou o legislador a atribuir ao Ministério Público e a outros entes públicos a legitimação para agir nessa modalidade de demanda molecular, mesmo em se tratando de interesses e direitos disponíveis”.

Não é outra a opinião de Hugo Nigro Mazzilli<sup>(3)</sup>, salientando que os novos dispositivos do “código do consumidor” devem ser sopesados em confronto com os contidos nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, lembrando que já à luz da nova Constituição, alguns acórdãos do Tribunal de Justiça de São Paulo mantiveram o entendimento anterior, que negava legitimidade ao Ministério Público para a defesa de interesses coletivos dos credores, quando cessada a liquidação.

É nesse exato sentido igualmente a lição de Paulo Fernando Campos Salles de Toledo<sup>(4)</sup>, ao apreciar matéria relativa a instituições financeiras liquidadas pelo Banco Central do Brasil, asseverando que a intervenção do Ministério Público, por intermédio de suas Promotorias de Falência somente se justificam durante a liquidação, cessando quando houver a suspensão dessa, exatamente porque aí se estará diante de interesses individuais exclusivamente.

É mister, em seguida, ver-se qual tem sido e como deve ser o relacionamento do Ministério Público, no desempenho de Promotoria de Justiça do Consumidor, e outros órgãos ou entidades que se dedicam ao mesmo tema.

2.1 — As Promotorias de Justiça do Consumidor, como já asseverado passos atrás, tiveram sua primeira aparição no cenário da defesa ou proteção do consumidor em 1983, com a nossa designação para exercer as funções de “Curadoria Especializada”, conforme aliás determina a “Lei Orgânica Estadual de São Paulo” do Ministério Público.

Na mesma ocasião, mais precisamente ao ensejo da posse do Governador Franco Montoro, criou-se o chamado “Departamento Estadual de Polícia do Consumidor”, conhecido pela sigla DECON, merecendo destaque duas de suas quatro divisões: a Divisão de Investigações sobre Infrações contra a Economia Popular e a de Investigações sobre Infrações contra a Saúde Pública e Meio Ambiente.

Desde logo houve um profícuo relacionamento da então Curadoria com os Srs. Delegados de Polícia das Delegacias de Polícia ligadas às referidas divisões, não apenas no que tange à instauração de inquéritos policiais com vistas à apuração de infrações dentro da temática ora tratada, como também na troca de informações e conduções coercitivas nos termos ainda da “lei orgânica estadual do Ministério Público”.

Quando existentes as “equipes criminais”, procurava-se a sua interligação com o setor de proteção ao consumidor propriamente dito do Ministério Público e o DECON, notadamente a “equipe de delitos diversos”, que tratava precipuamente dos crimes contra a saúde pública e economia popular.

Embora o Ato PGJ-SP n.º 60/91, como já visto, coloque como uma das atribuições do Ministério Público na área de proteção ao consumidor a requisição de inquéritos policiais em matéria agora genericamente chamada de “relações de consumo”, não são os Promotores de Justiça da área que oferecem a denúncia e acompanham a subsequente ação penal, mas sim uma das Promotorias Criminais Centrais ou Regionais da Capital, e as Promotorias Criminais do Interior, dentro da nova organização da Instituição no Estado de São Paulo.

De qualquer forma, sempre que determinado caso demande uma atenção maior pelo setor especializado, são acompanhados o inquérito policial e a ação penal competente por intermédio do setor denominado “Central de Inquéritos Policiais”.

É o que está acontecendo presentemente, por exemplo, em matéria de produtos alimentícios com sujidades, notadamente condimentos de largo uso pela população, sonegação de medicamentos e publicidade enganosa.

2.2 — Com o “código do consumidor” os chamados PROCONS, ou SEDECONS e CEDECONS (i.e., “Serviços municipais — ou Centros — de defesa do consumidor”) ganharam não apenas legitimidade para propositura das ações coletivas do consumidor<sup>(5)</sup> como também da ação penal pública subsidiária<sup>(6)</sup> além de poderem expedir notificações que, desatendidas, caracterizam crime de desobediência<sup>(7)</sup>.

Ora, isto coloca referidos órgãos precípuos de proteção ao consumidor — no Estado de São Paulo mais de duas centenas de municípios já contam com eles — igualmente como outros instrumentos da implementação da política nacional das relações de consumo, consoante discriminado pelo art. 5.º do “código do consumidor”, e com atribuições concorrentes com as das Promotorias de Justiça do Consumidor.

2.3 — Da mesma forma as associações de defesa ou proteção ao consumidor, têm idênticas atribuições, exceto o poder de notificação, como é evidente, já que não são entidades investidas de poder público.

Não raro, porém, têm-se observado desgastantes e inúteis superposições de tais atribuições.

Desde 1990 as Promotorias de Justiça do Consumidor, nos locais onde inexistem PROCONS, SEDECONS ou Juizados de Pequenas Causas, como visto, não atendem reclamações individuais de consumidores.

Não obstante isso, porém, em algumas localidades os PROCONS ou SEDECONS ainda continuam a encaminhar-lhes reclamações não resolvidas, o que é foco constante de desgaste: o consumidor, muitas vezes mal informado pelos atendentes de referidos órgãos no sentido de que o Promotor de Justiça irá de qualquer forma resolver a pendência, mas frustrado, por exemplo, diante da recalcitrância de determinado fornecedor que julga ter a razão de seu lado, acaba por protestar tanto contra o órgão precípua de proteção ao consumidor como contra a Promotoria de Justiça que tentou mais uma vez uma solução conciliatória.

Ora, já que tanto um como outra têm atribuição concorrente, resta claro que o Ministério Público, como vocação para as questões coletivas, até por mandamento constitucional, e por determinação expressa em ato normativo, deve priorizar essas em detrimento de pleitos exclusivamente de ordem individual e, por conseguinte, disponíveis.

Ajunte-se a isso tudo o desperdício de energia e recursos públicos.

Aliás, o que acontecia no início das atividades das Promotorias do Consumidor era uma espécie de encaminhamento a uma "segunda instância" caso o PROCON não conseguisse resolver a contento dado conflito de interesses puramente privados e individuais.

Ora, tanto uma como outra instância, à guisa de argumentação, aí incluídos os Juizados Informais de Conciliação, tentam apenas uma solução negociada e conciliatória. Caso não se consiga tal intento, sua atividade cessa por aí mesmo, cabendo-lhe, no máximo, orientar o interessado a constituir advogado, se puder arcar com as despesas e custos do processo, ou então a procurar a assistência judiciária. Nada mais do que isso.

Caso contrário será uma seqüência de procura por uma solução amigável que não se realizará, com compreensível irritação para consumidor individualmente considerado.

Mas não é só. O mesmo tem acontecido com as questões coletivas do consumidor, muitas vezes.

Recentemente o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor de São Paulo (IDEC) encomendou a uma instituição holandesa a elaboração de laudos de análise de preservativos masculinos encontrados no mercado brasileiro, chegando-se à conclusão de que apenas uma marca atendia a exigências técnicas de meio adequado à prevenção da "Síndrome de Imunodeficiência Adquirida" (SIDA ou, em inglês, "AIDS").

Sem adentrarmos no mérito da questão, já que se teria que discutir se os produtos em pauta são ou não disciplinados pelas normas brasileiras como meios eficazes de prevenção de doenças venéreas — com certeza o são como meios contraceptivos —, o que se fez foi denunciar amplamente o fato à imprensa e encaminhar cópias da denúncia aos Ministérios Públicos Federal e do Estado de São Paulo, à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, etc.

Ou seja, ao invés de o próprio IDEC adotar as medidas que lhe parecessem cabíveis, isto é, no âmbito administrativo representar ao INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) para se saber da adequação dos produtos às normas já existentes, sua reformulação, etc., ou até, se comprovada a inadequação, o ajuizamento da medida prevista pelo art. 102 do "código do consumidor"<sup>(8)</sup>, no que toca ao âmbito civil da tutela do consumidor, aqui sem dúvida difusamente considerado, preferiu denunciar o fato publicamente e encaminhar representação àqueles órgãos.

Resultado: as entidades e órgãos, aturdidos, passaram a solicitar idênticos informes, o que sem dúvida é um desperdício de energia e recursos.

Em caso também ligado à saúde pública, foram adotadas semelhantes atitudes superpostas e em desperdício, a partir de uma denúncia de um portador de paraplegia, usuário habitual de um supositório, cuja bula em português não trazia o mesmo alerta constante da sua correspondente americana ("pode causar dependência em uso prolongado").

O próprio fabricante, perplexo e em arrazoado, indagava do Promotor de Justiça do Consumidor de Itapeverica da Serra, onde tem suas principais instalações fabris, afinal de contas a quem deveria dirigir-se, porquanto já atendera a chamado da Procuradoria da República na Capital de São Paulo, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, etc.

Muitas vezes, por outro lado, as Promotorias de Justiça, que como já salientado atuam por expressa disposição legal como **custos legis** nas ações movidas por outras entidades, são por essas criticadas por esposar posicionamento contrário à sua pretensão.

Ora, na posição de fiscal da lei, o Ministério Público, como curial, adota a posição que, de acordo com a convicção livre de seu órgão atuante, e de acordo com os ditames da lei aplicável à espécie, lhe pareça a mais adequada, ainda que contrária à pretensão da entidade-autora.

Por outras vezes ainda, as Promotorias do Consumidor recebem dessas entidades e dos próprios PROCONS representações no sentido de que promovam as medidas administrativas e judiciais competentes, quando elas próprias têm legitimidade concorrente para tanto.

Aliás, grande foi a pressão, sadia, aliás, de tais órgãos ainda que desprovidos de personalidade jurídica, no sentido de obter a legitimidade para propositura de ações coletivas.

É mister, pois, que bem se equacionem tais circunstâncias, para o fim de evitar-se conflitos de atribuições e sobretudo desperdícios e superposição delas, com prejuízos para a celeridade e eficácia das medidas a ser concretamente adotadas.

2.4 — Com relação ao Poder Judiciário, é-lhe reservado obviamente papel de destaque como instrumento da defesa do consumidor, falando o art. 5.º, III, do "código do consumidor" em "Juizados Especiais de Pequenas Causas e Varas Especializadas para a solução de litígios de consumo".

Com efeito, já existem dezenas de Juizados Informais de Conciliação e Juizados de Pequenas Causas que atendem inúmeros casos individuais de impasses surgidos nas relações de consumo, foro mais adequado para tanto, aliás, no nosso entender, já que ao Poder Judiciário é que compete dirimir todo e qualquer conflito de interesses quer no âmbito individual, quer no coletivo. Só que seu número é certamente ainda pequeno em comparação com a demanda da população.<sup>(9)</sup>

Fala-se ainda na criação de Juízos ou Varas Especializadas, que não se confundem, evidentemente, com aqueles outros de pequenas causas.

Nesse caso, entendemos que já se justificaria a criação de uma ou mais de uma vara para julgamento das questões coletivas, não apenas de consumidores, como



também de outros interesses de âmbito coletivo, como os compreendidos na tutela do meio ambiente, direitos do cidadão, pessoas portadoras de deficiência, etc.

O Tribunal de Justiça de São Paulo tem-se manifestado já em diversas questões que interessam à tutela coletiva do consumidor, e especificamente no que diz respeito ao ajuizamento de ações pelas Promotorias de Justiça do Consumidor.

A primeira ação civil pública de que se tem notícia no direito brasileiro em matéria de interesse do consumidor foi ajuizada pela Promotoria de Justiça do Consumidor de Campinas, Estado de São Paulo, objetivando a imposição de obrigação de fazer a fabricante de álcool para queima e limpeza no tocante à qualidade, ou seja, entregá-lo ao consumo com o grau exigido pelas normas técnicas do INMETRO, tudo sob pena de pagamento de multa por frasco que viesse a ser apreendido doravante.

E ao que se saiba foi igualmente o primeiro caso, ao menos quanto a mérito da questão envolvida, a ser apreciada pela segunda instância, que negou provimento a recurso do referido fabricante confirmando dessarte a obrigação cominatória imposta pelo Juízo da 6.<sup>a</sup> Vara Cível de Campinas <sup>(10)</sup>.

Mas também o Tribunal de Justiça de São Paulo tem questionado a intervenção do Ministério Público quando se trata de interesses difusos e principalmente coletivo, já tendo decidido por mais de uma vez ser ele parte ilegítima para litigar em casos, por exemplo, de divergência de pagamento de mensalidades escolares.

Num desses casos, da Comarca de Itapira, a Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo interpôs recurso extraordinário, já que o julgado do mencionado tribunal contraria frontalmente o disposto no inc. III do art. 129 da Constituição da República, que fala em interesses "difusos" e "coletivos", já que na hipótese se visou pura e simplesmente impor obrigação de adequar-se a escola às normas então vigentes no que concerne à fixação e reajustes de encargos educacionais <sup>(11)</sup>.

Ora, referida obrigação, decorrência da lei, constitui-se em interesse indivisível ligado a todo e qualquer pai de aluno matriculado na escola recalcitrante, diferentemente de eventuais repetições de quantias indevidamente recebidas. Nesse caso talvez, sim, seja discutível a viabilidade de pedido formulado pelo Ministério Público, já que se trataria de interesses individuais homogêneos de origem comum (i. é., desrespeito à lei que regula os mesmos reajustes e fixação de encargos educacionais), e é o que tentamos equacionar mediante a edição da "Súmula de Entendimento-CENACON n.º 5/92 (nota 12 e item 6 adiante).

De qualquer forma, a jurisprudência ainda está sendo elaborada, à medida em que as ações de consumidores, individuais ou coletivas, cheguem às instâncias superiores.

### 3. Macrotemas de defesa do consumidor — Âmbito coletivo

Como sempre fazemos questão de enfatizar, o Ministério Público deve ser encarado apenas como um dos instrumentos de defesa do consumidor ao lado dos demais previstos pelo art. 5.º do "código do consumidor".

Dessarte, e realisticamente, já que os recursos materiais e humanos são limitados, sem falar-se no amplíssimo leque de atribuições confiado à Instituição pela Constituição de 1988, há que se concentrar esforços em temas considerados relevantes dentro da defesa do consumidor como um todo, e que nós nos permitimos denominar de "macrotemas da defesa do consumidor".

E assim mesmo, dentre eles, há que se eleger prioridades sem o que se tornará impraticável e ineficaz a atuação das Promotorias de Justiça do Consumidor.

Desde logo, portanto, há que se bem avaliar se as mesmas Promotorias devem ou não cuidar de questões individuais, e de questões coletivas, ou apenas dessas.

De nossa parte, e informado pela experiência prática de quase dez anos de Promotoria do Consumidor em São Paulo e Coordenador da área especializada, entendemos que a atuação daquela no âmbito dos interesses individuais do consumidor é supletiva, ou seja, quando efetivamente inexistirem na localidade de sua atuação outros órgãos ou instrumentos alternativos, exatamente pelas razões já invocadas em passos anteriores deste trabalho.

Por outro lado, dentro da temática genérica e coletiva do consumidor, há que se ter em mira seis classes de interesses ou macrotemas, conforme itens subseqüentes.

3.1 — SAÚDE do consumidor, em face de produtos e serviços que possam causar-lhe males de qualquer natureza.

Nesse aspecto poderíamos citar, como exemplo, a célebre questão da importação de carne e leite da Europa após o acidente termonuclear de Tchernobyl, em que houve ações do Ministério Público para que se evitasse seu consumo.

Outros exemplos: programas de monitoramento ou ações civis públicas visando à melhoria da qualidade do leite, sangue distribuído em bancos de sangue (exigência de testes para seleção e evitar-se a propagação de doenças como a AIDS, hepatite, chagas, etc.), controle da qualidade da água servida à população, alertas em bulas de medicamentos, latas de produtos perigosos, etc.

3.2 — SEGURANÇA do consumidor também em face de produtos e serviços que possam oferecer riscos à incolumidade pessoal, como defeitos em máquinas, veículos, etc.

3.3 — QUALIDADE de produtos e serviços, à luz do que estabelecem os dispositivos do "código do consumidor" a exigirem a qualidade ofertada e prometida e indenização ou satisfação em decorrência de vícios que aqueles possam apresentar (art. 18 do "código do consumidor", por exemplo).

3.4 — QUANTIDADE de produtos no que diz respeito a volume e peso, notadamente os constantes da cesta básica, tendo sido freqüentes os casos em que os institutos de peso e medidas verificam fraudes metrológicas, que têm sido objeto de ações civis públicas visando-se à cessação daquelas e ressarcimento dos prejuízos que, indeterminados quanto aos titulares dos interesses violados, serão objeto de indenização revertida ao fundo de que trata o art. 13 da Lei n.º 7.447/85.

3.5 — PUBLICIDADE enganosa ou abusiva, como definidas pelo art. 37 e parágrafos do "código do consumidor" é outro tema relevante que merece atenção das Promotorias de Justiça do Consumidor, sobretudo em decorrência de sua difusão por rádio e televisão e outros meios de comunicação de massa.

3.6 — PRÁTICAS COMERCIAIS consideradas aqui quaisquer manobras, principalmente por vias contratual, ou então de mercado <sup>(12)</sup>, que lesam o consumidor, ou então que potencialmente apresentem riscos ao seu patrimônio.

E nesse sentido a Promotoria do Consumidor de São Paulo, Capital, tem proposto várias ações civis públicas contra administradoras de cartões de crédito, planos de saúde e instituições financeiras, visando ao banimento definitivo da chamada "cláusula mandato", já coroadas de sucesso, já que bastaram algumas delas para que outras entidades procurassem o órgão especializado para a elaboração de termos de compromisso com idêntico objetivo.

#### 4. Eleição de prioridades — Questões individuais e coletivas

Estabelecido primeiramente que a atividade das Promotorias do Consumidor devem concentrar-se nas questões que dizem respeito aos consumidores coletivamente considerados, e terem por base os seis macrotemas atrás invocados, é mister também que sejam eleitas prioridades, já que os recursos tanto materiais como humanos são restritos, sem falar-se, repita-se, na gama formidável de novas atribuições com que se defronta atualmente o Ministério Público.

“Eleger prioridades diversas”, como já advertia René Descartes, “é a melhor maneira de aviltar todas”.

4.1 — Além da limitação de recursos assinalada, deve-se ter em conta o suprimento de dados técnicos indispensáveis para avaliação de determinada questão objeto de investigações pelo órgão do Ministério Público.

Nesse aspecto é vital o contato com outras entidades, notadamente universidades, institutos de pesquisas, associações de classes, etc. com vistas à viabilização de obtenção de laudos, perícias e pareceres técnicos.

No que diz respeito ao Estado de São Paulo, foi providencial o dispositivo constitucional constante do inc. XXIX do art. 115 de sua Constituição, determinando expressamente que “a administração pública direta ou indireta, as universidades públicas e as entidades de pesquisa técnica e científica oficiais ou subvencionadas pelo Estado prestarão ao Ministério Público o apoio especializado ao desempenho das funções de Curadoria de Proteção de Acidentes do Trabalho, da Curadoria de Defesa do Meio Ambiente e de outros interesses coletivos e difusos”.

Desta forma, independentemente de convênios, tem o Promotor de Justiça à sua disposição uma considerável rede de instituições que podem prestar-lhe os esclarecimentos técnicos necessários ao aquilatamento de dada questão que lhe é encaminhada para propositura de medida judicial ou então providência de caráter administrativo.

4.2 — As prioridades, por outro lado, dependerão basicamente de pesquisa ou oitiva dos Promotores de Justiça do Consumidor das diversas regiões de cada Estado, que certamente terão peculiaridades próprias.

No Estado de São Paulo, desde o início de sua administração, o Dr. Antônio Araldo Ferraz Dal Pozzo, na qualidade de Procurador-Geral de Justiça, estabeleceu o plano institucional, renovável anualmente, e por intermédio do qual, dividindo-se as atividades do Ministério Público em Promotorias Criminais, e Promotorias Cíveis, e o Estado em regiões administrativas, em número de onze, elabora-se o plano anual de atuação em cada área especializada, ouvindo-se os Promotores de Justiça de todo o Estado em reuniões frequentes.

Cabe então aos Centros de Apoio Operacional de cada uma das áreas especializadas (i. é., do consumidor, meio ambiente, infância e juventude, pessoas portadoras de deficiência, direitos constitucionais do cidadão, acidentes do trabalho e criminais) expor suas necessidades, plano de atuação e prioridades à Procuradoria-Geral que as aprova <sup>(14)</sup>.

No caso específico das Promotorias de Justiça do Consumidor, foram estabelecidas as seguintes prioridades:

a) na rubrica SAÚDE, procedimentos administrativos, inquéritos civis e ações civis públicas visando a garantir boa qualidade da água servida à população, sobretudo em decorrência da ameaça de epidemia de cólera que assola o País;

b) em matéria de QUANTIDADE de produtos, idênticas providências, sobretudo por intermédio do Instituto de Pesos e Medidas que periodicamente realiza fiscalização dos produtos expostos à venda;

c) na questão das PRÁTICAS ABUSIVAS, o controle abstrato ou concreto das cláusulas abusivas em contratos de adesão, partindo-se da requisição de formulários das diversas administradoras de cartões de crédito, planos de saúde e instituições financeiras, para verificar-se se contém ou não as mencionadas cláusulas, deparando-se com as já mencionadas “cláusulas de mandato”, prontamente objeto de ações civis públicas.

Insta, pois, que se faça desde logo a opção pelos temas que preocuparão as Promotorias do Consumidor, sob pena de desperdício de esforços, já que outras entidades têm atribuições concorrentes, evitando-se superposições das ações empreendidas, sem falar na enorme diversidade de assuntos envolvidos na complexa questão da defesa do consumidor.

#### 5. Coordenações ou Centros de Apoio Operacional de Promotorias do Consumidor: atividades meio e fim

Resta-nos agora tratar das chamadas “coordenações” ou, mais recentemente, dos “centros de apoio operacional de promotorias”, mais especificamente no setor de proteção ou defesa do consumidor.

Insta desde logo advertir-se que de nada adianta a criação de referidos órgãos, nitidamente de atividade-meio, em face das Promotorias de Justiça, órgãos de atividade-fim, antes de se ter a experiência nessas últimas.

5.1 — No caso do Estado de São Paulo, para se ter uma idéia do que se quer transmitir, a antiga “Coordenação das Promotorias de Justiça-Curadorias de Proteção ao Consumidor” somente se deu em 11 de março de 1985, por força do Ato PGJ n.º 2/85 <sup>(15)</sup>, estabelecendo-se então que o referido órgão, sob nossa coordenação, exercia “as atribuições em todas as Comarcas do Estado, desempenhando, além das atividades expressas em lei, a integração entre o Ministério Público e os órgãos oficiais de defesa do consumidor, a nível estadual e municipal.

Ou seja, referido órgão de atividade-meio somente surgiu por absoluta necessidade, após quase dois anos de nossa efetiva atuação como Promotor de Justiça do Consumidor de São Paulo — órgão de atividade-fim —, e a partir da constatação de que nossa atuação já não se limitava a casos específicos da cidade de São Paulo, mas também a outras localidades, já que colegas começaram a procurar a Promotoria-Curadoria do Consumidor da Capital no sentido de buscarem orientação e subsídios para o seu próprio atendimento das questões que envolvem conflitos de relações de consumo.

Foi assim, pois, e não sem antes o necessário aprendizado da prática de Promotoria do Consumidor, que surgiu o órgão distinto denominado no início “Coordenação” e, mais recentemente, “Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Consumidor” por força do Ato PGJ n.º 1, de 5 de março de 1990 <sup>(16)</sup>.

Ora, “coordenar” significa antes de mais nada “dispor segundo certa ordem e métodos, organizar, arranjar, ligar, ajuntar por coordenação, traçar diretrizes” <sup>(17)</sup>.

O fundamento para a criação das antigas coordenações hoje, repita-se, “centros de apoio operacional”, já surgira com a edição da “lei orgânica paulista do Ministério Público” citada passos atrás, mais especificamente em seu art. 32, inc. I,



n.º 11, a saber: são atribuições do Procurador-Geral de Justiça (administrativas) criar equipes especializadas na primeira e na segunda instância, e designar os seus membros”.

Por outro lado, a concepção dos referidos órgãos como tendo nítidas atribuições de atividade-meio, encontra-se no art. 8.º do Decreto Estadual n.º 28.322, de 5 de abril de 1988, que deu nova redação a dispositivos do Decreto Estadual n.º 20.850, de 14 de março de 1983. Além disso, as antigas coordenações, assim como sua nova versão, são encarados como órgão de assessoria técnica do gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, mais especificamente como “grupo técnico”, e “constituídos por Procuradores de Justiça, especialmente designados pelo Procurador-Geral de Justiça (§ 1.º).

“As Coordenações”, com efeito, e nos precisos termos do § 2.º do referido art. 8.º daquele decreto, “destinam-se a coordenar a atuação dos órgãos-fins do Ministério Público, especialmente em áreas especializadas, articulando-os com órgãos oficiais ou entidades privadas que desenvolvam atividades na mesma área ou em outra conexa”.

Apesar de tal ênfase, o § 3.º ainda do dispositivo ora analisado excepciona a atividade-meio marcante das “coordenações” estabelecendo que “por delegação do Procurador-Geral de Justiça, as coordenações poderão exercer atividade-fim em qualquer Comarca do Estado, por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

5.2 — A institucionalização das coordenadorias como órgãos efetivos no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo, além dos decretos estaduais retro referidos, deu-se pela edição de outro, de n.º 27.070, de 8 de junho de 1987, que disciplinou o “fundo estadual de reparação dos interesses difusos lesados”, previstos pelo art. 13 da Lei n.º 7.347/85.

E isto ao criar um conselho gestor do mencionado fundo, tendo a seguinte composição: Secretários da Cultura, de Defesa do Consumidor, da Fazenda, da Justiça, do Meio Ambiente, Procurador-Geral de Justiça, Procurador de Justiça-Coordenador das Curadorias de Proteção ao Consumidor, Procurador de Justiça-Coordenador das Curadorias de Proteção ao Meio Ambiente, e aos bens e direitos de valor artístico, estético, turístico e paisagístico, três representantes das associações referidas nos incisos I e II do art. 5.º da Lei Federal n.º 7.347, de 24.7.85 (art. 4.º do mencionado decreto estadual).

Referido dispositivo foi mantido quando da edição da Lei Estadual n.º 6.536, de 13 de novembro de 1989, mais especificamente em seu art. 5.º <sup>(18)</sup>.

5.3 — Ainda dentro do esquema evolutivo adotado para o desenvolvimento deste trabalho, o aludido Ato PGJ n.º 1/90 bem definiu as atribuições dos “centros de apoio operacional de promotorias”: — apresentar ao Procurador-Geral de Justiça sugestões para a elaboração da política institucional e de programas específicos; responder pela execução dos planos e programas de sua área, em conformidade com as diretrizes fixadas; assistir ao Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas funções; acompanhar as políticas nacional e estadual de suas áreas; propor alterações legislativas ou a edição de normas jurídicas; manter permanente contato com o Poder Legislativo, federal e estadual, inclusive acompanhando o trabalho das comissões técnicas encarregadas do exame de projetos de lei; representar o Ministério Público, por delegação do Procurador-Geral de Justiça, nos órgãos perante os quais tenha assento; colaborar com os poderes públicos ou órgãos privados em campanhas educacionais; manter permanente contato e intercâmbio com entidades

públicas ou privadas que, direta ou indiretamente, se dedique ao estudo ou à proteção dos bens, valores ou interesses que lhes incumbe defender; prestar atendimento e orientação às entidades com atuação na sua área; sugerir a realização de convênios; zelar pelo cumprimento das obrigações do Ministério Público decorrentes de convênios firmados; divulgar as atividades e trabalhos do Ministério Público; sugerir a edição de atos e instruções tendentes à melhoria dos serviços do Ministério Público; efetuar a articulação entre os órgãos do Ministério Público e entidades públicas ou privadas; promover a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução, inclusive para efeito de atuação conjunta ou simultânea quando cabível; propor, em conjunto com os órgãos locais de execução, ou por solicitação destes quando entender conveniente, as medidas judiciais cabíveis, cíveis ou criminais, principalmente, acessórias ou cautelares; instaurar inquérito civil, de ofício e presidido sempre que instaurado por determinação do Procurador-Geral de Justiça ou por recomendação do Conselho Superior do Ministério Público, sem prejuízo das atribuições dos órgãos locais; promover o arquivamento de peças de informação e, no caso do inciso anterior, de inquérito civil, ou encaminhá-los aos órgãos do Ministério Público para as medidas cabíveis; prestar auxílio aos órgãos de execução do Ministério Público na instrução de inquéritos civis ou no desenvolvimento de medidas processuais; requisitar inquéritos policiais, laudos, certidões, informações, exames e quaisquer documentos diretamente de órgãos públicos ou privados, inclusive conveniados; expedir notificações nos procedimentos de sua competência, sob pena de condução coercitiva; receber representações ou qualquer outro expediente, instaurando o respectivo procedimento, para as medidas cabíveis; manter arquivo atualizado das petições iniciais das ações civis públicas e das portarias instauradoras de inquéritos civis, ajuizadas ou baixadas pelos órgãos de execução e pelo próprio centro de apoio; desenvolver estudos e pesquisas, criando ou sugerindo a criação de grupos e comissões de trabalho; promover ou sugerir a realização de cursos, palestras e outros eventos; remeter informações técnico-jurídicas aos órgãos ligados à sua atividade e, finalmente, apresentar ao Procurador-Geral de Justiça relatório anual das atividades do Ministério Público na sua ordem.

Vê-se, por conseguinte, o quão amplas são as atribuições dos centros de apoio operacional <sup>(19)</sup>, entendendo-se que a necessidade de sua existência é manifesta, pelas seguintes razões, em síntese:

- a) especialização;
- b) uniformização de posicionamento <sup>(20)</sup>;
- c) contatos externos sobretudo na obtenção de laudos, exames, perícias ou simplesmente esclarecimentos técnicos;
- d) fornecimento de subsídios aos Promotores de Justiça da área especializada;
- e) divulgação de seu trabalho, não apenas como material essencial para o suprimento de banco de dados, como também para estimular sua própria atividade.

O trabalho de acompanhamento efetuado pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias do Consumidor é feito a partir de comunicações pelos Promotores de Justiça da área dando conta da instauração de inquérito civil ou então da propositura de medidas cautelares ou ações civis públicas, procedendo-se então ao seu devido registro e autuação (tarja vermelha para inquérito civil, verde para medida judicialmente proposta, amarela para encaminhamento a outro setor, preta para arquivamento e azul para expedientes de estudos e pesquisas).

Da parte do Centro de apoio, procura-se então fornecer ao Promotor de Justiça comunicante eventuais elementos disponíveis (petições sobre a matéria, doutrina, acórdão, legislação, etc.) para subsidiar seu trabalho, comunicando-se igualmente à Associação Paulista do Ministério Público a iniciativa, bem como à imprensa a medida, com vistas à sua divulgação.

A partir daí os autos de acompanhamento, também denominados pela praxe de "autos-espelhos" vem à conclusão do Coordenador ou Promotor de Justiça Auxiliar do Centro de apoio para comunicação permanente com o Promotor de Justiça encarregado da questão, inclusive para acompanhamento de feitos junto aos tribunais<sup>(21)</sup>.

Nos casos de inquéritos civis ou simples procedimentos informativos instaurados de ofício ou por representação pelo próprio Centro de Apoio Operacional, os expedientes são encaminhados, devidamente instruídos, às Promotorias de Justiça competentes, na qualidade de órgão de atividade-fim ou de execução propriamente ditos.

Recentemente o CENACON-SP instaurou 25 inquéritos civis para apurar a qualidade de águas sanitárias que, submetidas à análise pelo Instituto "Adolfo Lutz" apresentavam teor de cloro abaixo do mínimo legal, no caso abaixo de 2%, encaminhando-os posteriormente, após averiguações prévias, às diversas Promotorias de Justiça do Consumidor do Estado. O mesmo procedimento já havia sido adotado anos atrás com relação à adulteração de álcool e mais recentemente ainda com relação à adulteração do vinagre e condimentos.

Igualmente nesses casos são abertos autos de acompanhamento, mesmo porque, em se tratando de inquérito civil, o Promotor de Justiça encarregado deve oficiar ao CENACON solicitando, se necessário, dilação de prazo para sua conclusão que, como se sabe, é de noventa dias, nos termos da Lei n.º 7.347/85.

São ainda realizadas freqüentes reuniões com Promotores do Consumidor da Capital do Estado, já que os maiores problemas são aí enfrentados e são mantidos contatos permanentes com os Promotores de Justiça do interior via telefone e correspondência informal ("memorandos").

Materialmente falando, cada procedimento ou inquérito civil obedece a um rito sumário e bastante simples, com termos procedimentais e autuação em pastas próprias (i.é. carimbos de juntada, conclusão, informação, etc. e pastas amarelas, para os expedientes do CENACON, brancas para procedimentos informativos e verdes para inquéritos civis propriamente ditos).

Na qualidade de Coordenador chegamos a propor ações civis públicas em conjunto com os Promotores de Justiça do Consumidor da Capital, medida essa, todavia, excepcional e autorizada pelo ato que disciplina as atribuições dos Centros de Apoio Operacional, como visto<sup>(22)</sup>.

Graças à informatização e ao concurso de dedicados funcionários, o CENACON já implementou mala direta para o encaminhamento de material aos Promotores de Justiça da área — em número de trezentos — inaugurada com o envio das primeiras súmulas de entendimento.

Os registros dos procedimentos no CENACON, outrossim feitos desde 1985 em fichas de cartolina e em livro próprio, estão sendo transferidos para microcomputador, facilitando-se dessarte a consulta e rastreamento do andamento de cada um além de sua localização no arquivo, se já encerrado.

## 6. Súmulas de entendimento

Visando ao objetivo de orientar-se os Promotores de Justiça do Consumidor de São Paulo, sem força vinculativa, já que os temas certamente serão melhor burilados pela doutrina e jurisprudência pátrias e respeitada a convicção de cada um deles, elaboramos recentemente as já mencionadas "súmulas de entendimento", em número de dez.

Como se pode verificar de seu enunciado e sobretudo fundamentos, nada mais são do que a cristalização de pareceres e manifestações concretamente elaborados, quer em procedimentos informativos, inquéritos civis ou então em casos concretos submetidos ao Poder Judiciário, e nesse caso em ações propostas pelo próprio setor ou então por outros entes dotados de legitimidade postulatória concorrente.

E, com efeito, são as seguintes as súmulas elaboradas:



## Súmula de Entendimento CENACON n.º 1

### Serviço Público Tarifário — Interrupção — Art. 22 do CDC

“Não constitui infração ao art. 22 do CDC o corte ou interrupção de serviço público tarifado (água, gás, energia elétrica, etc.), visto que tarifa é preço do serviço, que só aparece com a sua utilização. Dessarte, não é ilegal a suspensão de seu fornecimento, desde que com aviso prévio, pela falta de pagamento, porque também nesse caso as empresas privadas que executassem serviços públicos não poderiam privar do serviço os usuários em mora” (junho 92)

#### Fundamento:

- a) acórdãos in RTJ n.ºs 81/930-931, 33/147-149, 40/311;
- b) acórdãos in RT n.ºs 425/100 e 436/168;
- c) “Cadernos de Doutrina e Jurisprudência”, APMP, n.º 15, págs. 5/6.
- d) Acórdão do TJRJ, in RT 679-158-161.

## Súmula de Entendimento CENACON n.º 02

### Cartões de crédito — Vales-refeições, etc. — Oferta de produtos e serviços por preços à vista — Implicações civis e penais — Arts. 30, 35 e 66 do CDC

“A exibição por qualquer fornecedor de adesivos ou outro qualquer material de oferta de produtos ou serviços mediante apresentação de cartões de crédito, vales-refeições ou assemelhados, sem qualquer ressalva expressa quanto à existência de acréscimos, vincula-o no sentido de obrigá-lo ao cumprimento forçado da obrigação daí decorrente (arts. 30 e 35 do CDC), ou seja, a venda de produtos ou prestação de serviços pelo preço à vista. Além disso, sujeita-os às sanções previstas pelo art. 66 e seus parágrafos do CDC” (junho/92)

#### Fundamento:

- a) interpretação dos dispositivos legais invocados e sua força vinculativa, tendo por valor tutelado a ética das práticas comerciais e informações corretas e precisas aos consumidores para escolha adequada de produtos e serviços (art. 6.º, III, do CDC);
- b) parecer da Promotoria de Justiça do Consumidor da Capital — Of. n.º 767/92.

## Súmula de Entendimento CENACON n.º 3

Mensalidades escolares — Desconto para famílias com mais de um filho matriculado — Art. 24 do D.L. n.º 3.200/41

“Está revogado o art. 24 do Decreto-lei n.º 3.200/41 pelo qual se estabeleciam descontos em taxas de matrículas, exames e quaisquer outras relativas a ensino a famílias com mais de um filho matriculado em estabelecimento de ensino. Isto porque, além de o preceito constitucional que o inspirou (Carta de 1937 — “às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção de seus encargos”) não ter sido repetido pelas subseqüentes Cartas, os dispositivos legais que trataram da matéria de “encargos educacionais”, notadamente o Decreto-lei n.º 532/69, nada dispuseram a respeito” (junho/92)

Fundamento:

- a) Proc. CEE (Conselho Estadual de Educação) n.º 1.131/82, em deliberação de 11.8.82;
- b) Proc. CFE (Conselho Federal de Educação) n.º 592/82 e Parecer n.º 469/86, de 4.7.86;
- c) Parecer n.º P-037 da Consultoria Geral da República, de 23.8.83 (“a incompatibilidade com princípios constitucionais supervenientes e com legislação deles derivada acarreta revogação tácita da norma”);
- d) Parecer da Promotoria do Consumidor de São Paulo — Capital, nos autos do Processo n.º 501/90, 5.ª Vara Cível.

## Súmula de Entendimento CENACON n.º 4

Ministérios Públicos dos Estados e Distrito Federal — Ministério Público Federal — Atribuições para ações coletivas — Consumidor

“A atribuição do Ministério Público Federal para o ajuizamento de ações coletivas em prol de consumidores coletivamente considerados somente é cabível, sem prejuízo de litisconsórcio facultativo com órgão do Ministério Público dos Estados ou do Distrito Federal (art. 113 do CDC), quando os interesses ou direitos daqueles forem ameaçados ou prejudicados por órgãos, entidades autárquicas ou empresas públicas federais, nos termos preconizados pelo art. 109 da Constituição da República, e arts. 93, 101 e 102 do CDC” (junho/92)

Fundamento:

- a) interpretação do art. 109 da CF que cuida expressamente da competência da Justiça Federal perante a qual oficia o Ministério Público Federal;
- b) art. 93 do CDC, que ressalva tal competência mas atribui aos legitimados do art. 81 a legitimidade para as ações coletivas, e, quanto ao lugar, o foro do local do dano que, se regional ou nacional desloca a competência para o foro da Capital do Estado respectivo ou então para o da Capital da República (nesses casos, trata o CDC dos interesses individuais homogêneos de origem comum);
- c) art. 101 do CDC, que trata da responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços, enfatizando o domicílio do autor para o ajuizamento da ação competente;
- d) especialização e atribuições dos diversos Ministérios Públicos, o que não se confunde com o princípio da unidade e indivisibilidade — questão de repartição de atribuições (vide ainda — “Caderno de Doutrina e Jurisprudência” — APMP, n.º 7);
- e) Hugro Nigro Mazzilli, in “Litisconsórcio entre Ministérios Públicos (RT 679/275).



## Súmula de Entendimento CENACON n.º 5

### Interesses individuais homogêneos de origem comum — Atribuições e legitimidade do Ministério Público

“Tratando-se da tutela, em última análise, de interesses individuais manifestos, mas tratados de forma coletiva, os chamados “interesses individuais homogêneos de origem comum” (art. 81, III, do CDC) somente poderão ser suscetíveis de ação civil pública pelo órgão do Ministério Público, quando houver evidência de interesse público quanto à sua abrangência, e social quanto à sua qualificação” (junho/92)

#### Fundamento:

- a) interpretação dos arts. 127, 129, III e IX da Constituição da República, e art. 81, III, do CDC e 81 e 82 do CPC;
- b) protocolado n.º 4.559/91 — MP;
- c) “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor — Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Forense Universitária, 1991 (arts. 81 e 82 do CDC).

## Súmula de Entendimento CENACON n.º 6

### Serviço público — Objeto de proteção pelo código do consumidor — “Uti singuli”

“São objeto de tutela pelo Código do Consumidor, e de atribuição das Promotorias de Justiça do Consumidor, os serviços públicos prestados uti singuli e mediante retribuição por tarifa ou preço público, quer pelo Poder Público diretamente, quer por empresas concessionárias ou permissionárias, sobretudo para os efeitos do seu art. 22. Não o são, porém, os serviços públicos prestados uti universi como decorrência da atividade precípua do Poder Público e retribuído por taxa ou pela contribuição a título de tributos em geral. Nesse caso, tais serviços poderão ser objeto de inquérito civil e ação civil pública pelo Ministério Público, mas por intermédio do setor de defesa dos direitos do cidadão” (junho/92)

#### Fundamento:

- a) educação, saúde, etc. enquanto serviços públicos por excelência, eis que prestados pelo Poder Público por expressa disposição constitucional, são possíveis pela atividade tributária genérica do Estado, ou então pela cobrança de taxas, ao contrário, os serviços de transporte, água, energia elétrica, telefonia, gás, etc., ainda que prestados diretamente pelo Poder Público, são individualizáveis e remunerados por “tarifa” que é “preço público” e não taxa;
- b) HELY LOPES MEIRELLES, in “Direito Administrativo Brasileiro”, 13.<sup>a</sup> edição, RT;
- c) pareceres do CENACON ao encaminhar expediente ao C.A.O./Direitos Constitucionais do Cidadão;
- d) estudos Pasta Geral do CENACON n.º 25 — 30.7.92 — estagiária Sra. Anna Christina Hilgert.

## Súmula de Entendimento CENACON n.º 7

**Loteamentos — Atribuições do setor de proteção ao consumidor — Relativas ao relacionamento entre compromitente vendedor e compromissário comprador**

“São de atribuição do setor de proteção do consumidor do Ministério Público as questões que envolvem a publicidade e cláusulas contratuais — em matéria de loteamentos, desde que regulares, já que se cuida, no caso, de relacionamento entre a compromitente-vendedora e os compromissários-compradores. São, porém, de atribuição do setor de regularização de uso do solo urbano as questões atinentes à regularidade do loteamento e sobretudo ao cumprimento das exigências estabelecidas pelo Poder Público autorizante” (junho/92)

Fundamento:

- a) preceitos de Lei n.º 6.766/79 em confronto com o Código do Consumidor, notadamente artigos 29 a 54;
- b) pareceres do CENACON em questões encaminhadas ao C.A.O./ Regularização do Uso do Solo Urbano;
- c) ações civis públicas ajuizadas nas Comarcas de Monte Mor, Capivari, Sumaré e Capital, em ambas as hipóteses;
- d) acórdão da 2.ª Câmara Civil da TJSP, Apelação Cível n.º 171.786-1/3, V.U. — Comarca de Franca — FICHA R n.º 356/91.

## Súmula de Entendimento CENACON n.º 8

**IPTU — IPVA — Outros tributos — Atribuição do setor de defesa dos direitos do cidadão do Ministério Público ou da Procuradoria-Geral de Justiça**

“Embora tenham por fato gerador, de regra, uma relação de consumo, os tributos não são objetos de análise do setor de proteção ao consumidor do Ministério Público, mas sim do de defesa do cidadão (arts. 2.º e 3.º, §§ 1.º e 2.º do CDC), ou então da Procuradoria-Geral de Justiça, em ações ou representações de inconstitucionalidade” (junho/92)

Fundamento:

- a) arts. 2.º e 3.º do CDC (in “Manual de Direitos do Consumidor”, Ed. Atlas, 1991 e “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Forense Universitária, 1991;
- b) pareceres do CENACON encaminhando expedientes ao C.A.O. / Defesa dos Direitos Constitucionais do Cidadão;
- c) Constituição de São Paulo, arts. 74, XI, e 97, III;
- d) ação direta de inconstitucionalidade da Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo quanto ao IPTU do Município da Capital, 1992.



## Súmula de Entendimento CENACON N.º 9

### Publicidades enganosa e abusiva — Atribuições das Promotorias do Consumidor

“É de atribuição das Promotorias de Justiça do Consumidor a análise de todas as hipóteses de Publicidade Enganosa, tal como definida pelo § 1.º do art. 37 do CDC. Quanto à Publicidade Abusiva, porém, somente o será aquela capaz de induzir o consumidor a comportar-se de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança. Nos demais casos (publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incita à violência, explora o medo ou a superstição, ou se aproveita da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeita valores ambientais), a atribuição será das Promotorias de Justiça com atribuições específicas para zelar pelos referidos valores” (junho/92)

#### Fundamento:

- a) interpretação do art. 37 do CDC;
- b) Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária;
- c) parecer da Promotoria do Consumidor de São Paulo no “Caso Benetton” (publicidade abusiva por sugerir preconceito racial) — Procedimento PJCCap. n.º 312/91 e CENACON — FICHA R n.º 102/92. O Código do Consumidor preocupa-se, basicamente, com a saúde e segurança do consumidor em face de produtos e serviços perigosos ou nocivos, qualidade e quantidade desses conforme a oferta feita pelos fornecedores e proteção daquele contra as práticas comerciais e cláusulas abusivas em contratos. A publicidade, forma mais evidente de **marketing**, é exatamente o liame da atração entre a oferta de produtos/serviços e o consumidor, donde dever ser objeto de preocupação das Promotorias do Consumidor — a veracidade dos meios para tanto empregados. Já a chamada “publicidade abusiva”, sobretudo a que cuida de coibir atitudes discriminatórias, nada tem a ver com o referido liame, mas sim com a ética e sobriedade que também devem presidir as mensagens publicitárias, donde ser objeto de outras especialidades do Ministério Público.

## Súmula de Entendimento CENACON N.º 10

### Consórcios — Instituições financeiras por definição legal — Atribuições das Promotorias do Consumidor

“As questões relativas a consórcios de bens de consumo duráveis legalmente constituídas, em plena atividade, e no âmbito coletivo da defesa do consumidor estão afetas às Promotorias de Justiça do Consumidor (oferta e publicidade, obrigações assumidas e cláusulas contratuais). Já as questões que envolvam sua constituição, liquidação e falência, — são de atribuição das Promotorias de Justiça de Falências” (junho/92)

#### Fundamento:

- a) pareceres CENACON n.ºs 263 e 521/92 — FICHA R n.º 106/92 — Protocolado n.º 08.307/92;
- b) Inquérito Civil n.º 02/90 — da Promotoria de Justiça do Consumidor de São Vicente (FICHA R n.º 01/91 — CENACON);
- c) Lei n.º 6.024/74;
- d) Lei n.º 7.492/86;
- e) Lei Complementar Estadual n.º 667/91;
- f) Procedimento P. J. Cons. Capital n.º 299/91 — parecer de 10.7.92 — Pasta Geral CENACON n.º 25.

## Súmula de Entendimento CENACON N.º 11

### Sistema Financeiro da Habitação — Plano de Equivalência Salarial Pleno e Plano de Atualização Misto

“Quanto ao chamado Plano de Equivalência Salarial Pleno por Categoria Profissional (PES), ação direta de inconstitucionalidade movida pela Procuradoria-Geral da República logrou afastar a incidência dos arts. 18, “caput”, e §§ 1.º e 4.º, 20, 21 e parágrafo único, 23 e §§, da Lei n.º 8.177/91, por contrariarem o disposto no art. 5.º, XXXVI da Constituição Federal, ou seja, ao imporem a TR como índice de reajustes, quando já haviam sido pactuados pelos aumentos salariais da respectiva categoria profissional (ADIN n.º 493-DF/91).

Quanto a outros tipos de reajustes, como por exemplo o PAM (“Plano de Atualização Misto”), já que se vinculam a percentual da renda familiar do mutuário, ensejam revisão com base no disposto no art. 6.º, V, do “Código de Defesa do Consumidor”, que estabelece ser direito básico do consumidor a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas. Nesse caso, porém, já que as situações de cada mutuário são perfeitamente divisíveis e individualizáveis, cada qual deverá valer-se de gestões administrativas junto aos agentes financeiros, ou, se não atendidos na sua pretensão, de ações próprias, inconfundíveis com as ações coletivas (art. 81 do “Código do Consumidor”). Administrativamente, a redução dos encargos é possível mediante os procedimentos estabelecidos pela Caixa Econômica Federal (novembro/92).

#### Fundamento:

- a) Procedimento CENACON n.º 058/91 e Art. 6.º, V do C D C;
- b) Orientações encontradas no jornal “O Estado de S. Paulo” de 8.6.92, “Suas Contas”, pág. 8;
- c) Orientação da FEDERAÇÃO DOS MUTUÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO — jornal “O Estado de S. Paulo”, edição de 16.9.92, Caderno Economia, pág. 1 — Responsável: Sr. Humberto Rocha — Endereço: Rua Marechal Deodoro, 1.325 — centro — São Bernardo do Campo — CEP: 09710-000;
- d) Medidas baixadas pela Caixa Econômica Federal (in “O Estado de S. Paulo” edição de 2.11.92, pág. 3, Caderno Economia).

## Súmula de Entendimento CENACON N.º 12

### Reclamações individuais de consumidores — Atuação supletiva das Promotorias de Justiça nesses casos

“Consoante disposto pelo art. 5.º, II, do Código de Defesa do Consumidor”, o Ministério Público é um dos instrumentos para a implementação da “política nacional das relações de consumo”. Cumpre-lhe, dessarte, e prioritariamente, tutelar os interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de origem comum (art. 81 do CDC), dentro das suas destinações constitucionais (art. 127 a 129 da CF), tais como os relativos à saúde, segurança do consumidor, quantidade e qualidade de produtos e serviços, publicidade (enganosa) e práticas comerciais (abusivas, aí incluídos os contratos de adesão). Quanto aos interesses individuais, porém, sua atuação é supletiva, ou seja, condicionada à inexistência de órgãos precípuos de defesa ou proteção ao consumidor (i.e., PROCONS, SEDECONS ou CEDECONS), Juizados de Pequenas Causas, e outros instrumentos alternativos” (novembro/92).

#### Fundamento:

- a) Interpretação do art. 5.º c.c. o art. 4.º do CDC;
- b) livreto “Promotorias do Consumidor: Evolução, Metas e Prioridades”, APMP, 1992;
- c) Ato PGJ — SP n.º 60, art. 3.º;
- d) Lei Complementar Estadual n.º 667/91, art. 10, IX;
- e) Pareceres de encaminhamento de casos, ao PROCON;
- f) Tese “O Ministério Público e a Defesa Coletiva dos Interesses do Consumidor”, apresentada e aprovada no 9.º Congresso Nacional do Ministério Público, Salvador, 1992 (autores: Drs. Luís Daniel Pereira Cintra e Marco Antonio Zanella-to).



## Súmula de Entendimento CENACON N.º 13

**Taxas e quaisquer despesas de intermediação locatícia —  
Devidas pelo locador — Consequências legais do  
descumprimento da lei**

“As chamadas ‘taxas’ ou quaisquer ‘despesas com intermediação de locação de imóveis’ são de responsabilidade sempre do locador (art. 22, VII, c.c. o art. 43 da Lei n.º 8.245/91), aí incluídas as chamadas ‘taxas de elaboração ou de renovação de contrato’, salvo quando se tratar de contratação expressa, ou seja, quando houver um serviço profissional efetivamente prestado, independente e fora de intermediação, e sempre sujeito a comprovação. A violação de tal preceito acarreta: repetição do indébito em dobro (art. 42, parágrafo único do CDC) em favor do locatário, e a nível individual além de ação civil pública pelos legitimados do art. 81 do CDC, se a administradora faz a exigência de modo geral, visando à coibição cominatória do abuso praticado; punição disciplinar dos corretores responsáveis pelo seu respectivo órgão de classe e processo-crime contravençional nos termos do art. 43 da Lei n.º 8.245/91” (novembro/92).

Fundamento:

- a) FICHA R n.º 386/92 — CENACON-MPSP;
- b) Convenção Coletiva de Consumo de 27.10.92 sobre a Resolução COFECI n.º 334/92 — Aprovada pela Resolução COFESI n.º 342/92;
- c) Interpretação das Leis n.ºs 8.245/92 e 6.530/78, Decreto n.º 81.871/78, e Resoluções COFECI n.ºs 14/78, 205/85, 334/92, 342/92, 315/92 e 325/92;
- d) Jurisprudência e doutrina citadas nos pareceres CENACON de 12.8.85 e 10.11.92;
- e) Ação Civil Pública — 2.ª Vara Cível de Brasília;
- f) CRECI/SP: Rua Pamplona n.º 1.200 — fone: (011) 884.6677 — Capital — CEP 01405.

## Súmula de Entendimento CENACON N.º 14

**Mensalidades escolares — Contratos de adesão que desatendem  
as leis precípua e seus critérios — Consequências**

“Sem prejuízo de eventuais sanções de caráter administrativo previstas pelas Leis n.ºs 4.137/62 e 8.158/91 e seus regulamentos, o Decreto n.º 36/91 e Portaria SNE n.º 78/91 (multas, recomendação de corte de subsídios oficiais, cancelamento de parcelamento de débitos fiscais, seu vencimento antecipado, e até intervenção e liquidação), isto pela prática de abuso do poder econômico (art. 3.º, ‘caput’, e incisos I, ‘in fine’, IV, XV e XVII da referida Lei n.º 8.158/91), e a cargo dos órgãos competentes (CADE, Secretaria Nacional de Direito Econômico e Departamento Nacional de Proteção e Defesa da Ordem Econômica), a fixação e reajustes de encargos educacionais (‘mensalidades escolares’) de maneira diversa dos critérios preconizados pela lei específica (Lei n.º 8.170/91, com redação ao seu art. 2.º dada pela Lei n.º 8.178/91), constituirão também:

- a) prática abusiva (arts. 39, V, 41, 51, IV, X, XV e seu § 1.º, do CDC); e
- b) crime contra a ordem econômica (art. 6.º, II, da Lei n.º 8.137/90). Conseqüentemente, seus infratores ficarão sujeitos a sanções de natureza civil, consistentes na repetição do indébito em dobro e corrigido das quantias que ultrapassarem os mencionados critérios, isto a nível individual por iniciativa dos próprios lesados ou suas entidades representativas (art. 41 e parágrafo único do CDC), e a outras de caráter penal (processo crime que pode acarretar imposição de pena detentiva de 1 a 4 anos ou multa), essas a cargo das Promotorias de Justiça Criminais, sem prejuízo de gestões do CAEX e requisição prévia de inquérito policial, quando o caso, das Promotorias de Justiça do Consumidor (Ato PGJ n.º 60/91). A não submissão dos pais e alunos aos contratos abusivos para 1993 poderá fazer-se mediante medidas cautelares ou mandados de segurança de molde a garantir-se as matrículas, se assim o desejarem. A assinatura dos contratos, outrossim, não prejudicará as mencionadas repetições de indébito, já que pelos arts. 51 e 54 do CDC a abusividade constatada inquina de nulidade absoluta as cláusulas constantes dos mencionados contratos de adesão.” (dezembro/92)

Fundamento:

- a) FICHA R n.º 244/92-CENACON e Proc. DNPEDE/SNDE/HJ n.º 121/92;
- b) “A Questão das Mensalidades Escolares” APMP, 1991;
- c) Proc. n.º 1.027/91 — 23.ª Vara Cível da Comarca de São Paulo — Ap. Cível n.º 168.864.1/2 do TJSP;
- d) “Abuso do Poder Econômico e a Defesa do Consumidor”, in Revista de Direito das FMU/SP, Vol. 6, 1992, págs. 31/54;

e) "Mensalidades Escolares", de Roberto Dornas, Belo Horizonte — Set/92, publicação própria — CONFENEN (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), págs. 34 e segs.

## 7. Conclusões

7.1 — As Promotorias de Justiça do Consumidor são apenas um dos instrumentos de proteção ou defesa do consumidor, conforme preconizado pelo art. 5.º da Lei n.º 8.078/90.

7.2 — As atribuições das referidas Promotorias do Consumidor devem ser concentradas na defesa coletiva do consumidor, e assim mesmo tendo por parâmetro o interesse público, quanto à abrangência, e social quanto à sua qualificação, nos termos da destinação constitucional do Ministério Público.

7.3 — Quanto às questões individuais do consumidor, a atuação das Promotorias de Justiça de Proteção ao Consumidor é supletiva, ou seja, a ser desempenhada nos lugares onde inexistam outros instrumentos alternativos.

7.4 — Mesmo no sentido coletivo da defesa ou proteção ao consumidor, porém, o Ministério Público, tendo-se em vista a limitação de recursos humanos e materiais, suas vastas atribuições constitucionais e concorrência com os demais instrumentos institucionais de defesa ou proteção ao consumidor, deve eleger prioridades.

7.5 — As prioridades no âmbito coletivo da defesa ou proteção do consumidor devem ser eleitas a partir de "macrotemas" de referida tutela, a saber: saúde e segurança do consumidor em face de produtos e serviços perigosos ou nocivos, qualidade e quantidade desses ofertados no mercado, publicidade e práticas comerciais, com enfoque, nesses casos, à prevenção e ressarcimento de prejuízos.

7.6 — Desempenhando cada Promotor de Justiça papel relevante de operador social, semelhante ao do *ombudsman* nórdico, ou do *defensor del pueblo* ibero-americano, será sua sensibilidade que irá definir metas e prioridades a serem implementadas em planos de atuação e avaliação de resultado.

7.7 — Às Coordenações ou Centros de Apoio Operacional de Promotorias de Justiça incumbe não apenas coletar as detecções por essas feitas, como também equacionar meios e recursos para a execução dos planos de atuação. Além disso, como órgão de "atividade-meio", deve acompanhar o desenvolvimento das atividades daquelas — órgãos de "atividades-fim" ou de execução —, fornecendo-lhes, sempre que possível, subsídios para o desenvolvimento de sua atividade.

7.8 — Incumbe ainda às "Coordenações" ou "Centros de Apoio Operacional" firmar entendimento para a resolução de questões suscitadas junto às Promotorias de Justiça, sem caráter vinculativo, mediante súmulas e pareceres, a serem modificados à medida em se firmando entendimentos doutrinários e jurisprudenciais divergentes.

## 8. Notas e Bibliografia

8.1 — in "Curadoria de Proteção ao Consumidor", APMP, 1985, "Manual de Direitos do Consumidor", Editora Atlas, SP, 1991 e "Defensor del Pueblo", in "Revista del Ministério Público", Peru, 1987.

8.2 — in "Código Brasileiro de Defesa do Consumidor — Comentado pelos Autores do Anteprojeto", Editora Forense Universitária, RJ, 1991 (arts. 81 e 82)

8.3 — in "interesses Coletivos no Código do Consumidor", jornal "O Estado de São Paulo", edição de 10.5.91, pág. 21 e Protocolado n.º 5.991/91-MPSP

8.4 — in "Justitia", revista do Ministério Público de São Paulo, n.º 153, pág. 96

8.5, 8.6 e 8.7 — Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 11.9.90) artigos 82, III, 80 e 55, § 4.º, respectivamente

8.8 — art. 102 — os legitimados a agir na forma deste código poderão propor ação visando compelir o Poder Público competente a proibir, em todo o território nacional, a produção, divulgação, distribuição ou venda ou a determinar alteração na composição, estrutura, fórmula, ou acondicionamento de produto"

8.9 — No Estado de São Paulo existem cerca de 80 Juizados Informais de Conciliação e de Pequenas Causas

8.10 — in nosso "Manual ..." já citado, item 8.4.3

8.11 — in nosso "A Questão das Mensalidades Escolares", APMP livreto, 1991, e "Justitia" n.º 153, além do RE n.º 136.199-SP e acórdãos proferidos nas Apelações Cíveis n.ºs 152.240.1/3, 8.ª Câmara e 157.789.1/4 da 7.ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo, favoráveis à tese do Ministério Público

8.12 — in DOESP, Seç. I, de 17.7.92, págs. 42 e 43 e item 6 deste trabalho

8.13 — in nosso "Abuso do Poder Econômico e "Defesa do Consumidor" na "Revista da Faculdade de Direito das FMU", SP 1992 n.º 6"

8.14 — o "Plano Geral de Atuação do "Ministério Público" para 1992 foi publicado no DOESP, Seç. I, de 20.2.92, pág. 32

8.15 — in nosso "Curadoria de Proteção ao Consumidor: Aspectos Gerais, Práticos e Ação Civil Pública", série "Cadernos Informativos", APMP, 1987, pág. 194

8.16 — in DOESP, Seç. I, 6.3.90, pág. 16 e nosso "Manual"... já citado, pág. 343

8.17 — Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, in "Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Ed. Nova Fronteira — verbete "coordenar"

8.18 — in nosso "Manual", pág. 345

8.19 — pelo referido Ato PGJ-SP n.º 1/90, são os seguintes os Centros de Apoio Operacional de Promotorias de Justiça além do consumidor: — meio ambiente, infância e juventude, acidentes do trabalho, criminais, pessoas portadoras de deficiência, de defesa dos direitos constitucionais do cidadão e de uso e regularização do solo urbano

8.20 — recentemente foram editadas dez súmulas de entendimento sobre questões práticas enfrentadas pelo CENACON — publicadas no DOESP, Seç. I, de 17.7.92, pág. 42

8.21 e 8.22 tal se verificou na ação civil pública movida em face do Sindicato dos Estabelecimentos de ensino do Estado de São Paulo para obter-se a declaração de nulidade do contrato-padrão por ele engendrado e imposto aos pais e alunos — in nosso "Manual", págs. 311 a 331